

# CONCORRÊNCIA 04/2013

(Processo Administrativo nº 167.466/13)

**"Contratação de empresa especializada para operação de aterro sanitário, serviço de coleta de lixo convencional e seletiva, destinação final de resíduos, varrição, roçada e capina."**

O **PREFEITO MUNICIPAL DE VACARIA**, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a **Lei 8.666/93 de 21/01/93, Lei Complementar 123 de 14/12/01, Lei 11.445 de 05/01/07, Decreto nº 7.217 de 21/01/10 e Lei 12.305 de 02/08/10** e suas alterações posteriores, torna público, para conhecimento dos interessados que se encontra aberta, licitação, na modalidade de **"CONCORRÊNCIA"**, através de execução indireta sob o regime de empreitada global, tipo menor preço global, para contratação de empresa especializada para operação de aterro sanitário, serviço de coleta de lixo convencional e seletiva, destinação final de resíduos, varrição, roçada e capina, no Município de Vacaria/RS.

Os envelopes, contendo os documentos e propostas, conforme itens 6.1 e 6.2, serão recebidos até o dia **07/06/2013**, às **9h**, no setor de Licitações, na Prefeitura Municipal, sito à rua Ramiro Barcelos, 915, centro, em Vacaria/RS. Nesta data e horário, será iniciada a sessão de abertura dos envelopes contendo os documentos da fase de habilitação, pela Comissão Permanente de Licitações, nomeada pela portaria nº 309/2013 com observância do item 11.6 deste edital. Para todas as referências de tempo será considerado o horário de Brasília-DF.

## **1 - OBJETO E SUAS ESPECIFICAÇÕES:**

**1.1** - O Município de Vacaria contrata empresa, através de execução indireta sob regime de empreitada global, para operação de aterro sanitário e unidade de triagem e classificação, execução das obras de ampliação do aterro sanitário, serviço de coleta de lixo convencional e seletiva, coleta de animais mortos, destinação final de resíduos, varrição, roçada e capina, no Município de Vacaria/RS, em estrita consonância com as normas técnicas ambientais vigentes e projeto básico, em anexo, que faz parte integrante deste edital, devendo ser seguido com rigor.

## **2 – DOS SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS E CONDIÇÕES PARA EXECUÇÃO:**

**2.1** - O Município de Vacaria contrata empresa, através de execução indireta sob regime de empreitada global, para operação de aterro sanitário e unidade de triagem e classificação, execução das obras de ampliação do aterro sanitário, serviço de coleta de lixo convencional e seletiva, coleta de animais mortos, destinação final de resíduos, varrição, roçada e capina, no Município de Vacaria/RS, em estrita consonância com as normas técnicas ambientais vigentes e projeto básico, em anexo, que faz parte integrante deste edital, devendo ser seguido com rigor, podendo ser retirado na página do município, [www.vacaria.rs.gov.br](http://www.vacaria.rs.gov.br).

**2.1.1** – A coleta dos resíduos sólidos urbanos no Município de Vacaria deverá ser realizada de forma tradicional, isto é, com caminhão coletor compactador, mas existe a possibilidade de que em alguns locais da cidade, a coleta seja realizada através de containers, sendo que neste caso será realizado um novo projeto de coleta, a ser obedecido pela empresa contratada para realizar os serviços. (vide item 3.1, memorial descritivo).

**2.2** – A contratada deverá atender a todas as normas, diretrizes e aplicar todas as disposições vigentes no que dizem respeito ao manejo, à gestão ambiental, sanitária e a política nacional de resíduos sólidos, principalmente no que tange a correta operação e manutenção do aterro sanitário bem como a não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos entre outros objetivos.

**2.3** - Assegurar a observância da Política Nacional de Resíduos Sólidos e das diretrizes e demais determinações estabelecidas neste edital, em Lei e regulamento. (vide **Lei 11.445 de 05/01/07, Decreto nº 7.217 de 21/01/10 e Lei 12.305 de 02/08/10** e alterações posteriores)

**2.4** – Auxiliar na manutenção da Licença de Operação do Aterro Sanitário do Município nº 440/2005 DL, devendo manter as condições operacionais adequadas, bem como observar às condições expressas na mesma, respondendo por quaisquer danos ao meio ambiente decorrentes da má operação do sistema. Se solicitado, a renovação dos respectivos EIA/RIMA;

**2.5** – A empresa deverá fornecer os meios mecânicos que forem necessários ao desempenho da execução dos serviços e transporte dos materiais, bem como a mão-de-obra para execução, ou seja, possuir em seu quadro de funcionários, pessoal capacitado. Deverá deixar todos os locais dos serviços, limpos, operados, destinados e organizados após a conclusão, recolhendo todo e qualquer resíduo de material que restar, como no caso da coleta, capina, roçada, etc.

**2.6** – A contratada, quando da execução do contrato, deverá apresentar Profissional Técnico que acompanhe os serviços, sendo este, o responsável que receberá os fiscais do município, para dirimir todas as dúvidas necessárias para o bom andamento dos serviços contratados (vide item 3.10).

**2.7** – É obrigação da licitante recuperar áreas ou bens não incluídos no seu trabalho e deixá-los em seu estado original, caso venha, como resultado de suas operações a danificá-los.

**2.8** – É responsabilidade da licitante refazer, às suas expensas, os serviços em desacordo com o estabelecido no Contrato, edital da licitação e documentos anexos, bem como os serviços que apresentarem defeitos de execução, de acordo com a legislação aplicável.

**2.9** – A licitante contratada deverá proporcionar proteção coletiva prevendo a adoção de medidas que evitem a ocorrência de poluição, dano ambiental, desmoronamentos, deslizamentos, projeção de materiais, acidentes com máquinas e equipamentos, e a sinalização obrigatória de advertência, através de cones, fitas, cavaletes, pedestais com iluminação, placas de advertência, grades de proteção, tapumes, sinalizadores luminosos etc., sendo a única e exclusiva responsável pelos mesmos.

**2.10** – No ato de assinatura do contrato, a licitante deverá provar que cumpre com as normas regulamentadoras do MTE – Ministério do Trabalho e Emprego, devendo possuir, apresentar, Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) e Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO). (Vide NR. 07 e 09 MTE)

### **3- CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:**

Serão admitidas à licitação as Empresas que apresentarem os documentos comprobatórios de habilitação jurídica, técnica, econômico-financeira e de regularidade fiscal abaixo relacionadas, de acordo com as normas da **Lei nº 8.666/93**, **Lei Complementar 123/01** e demais disposições legais pertinentes ao objeto do edital:

**3.1** – Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e suas alterações, se houver, devidamente registrados, conforme Lei, no órgão competente;

a) Documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de sociedades por ações, acompanhados da respectiva documentação acima mencionada (3.1), e ainda, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir, em vigor.

b) A licitante poderá apresentar a versão consolidada do documento solicitado no item 3.1, devendo vir acompanhado de todas as alterações posteriores, caso houver;

c) Somente serão habilitadas as licitantes que apresentarem, além de toda a documentação exigida, o ramo pertinente ao objeto desta licitação no seu objeto social (Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social);

d) Devido ao maior controle, administração e gerenciamento dos serviços, bem como a sua complexidade, não serão aceitas empresas em consórcio.

**3.2** - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (**CNPJ**), com situação cadastral ativa;

**3.3** - Prova de regularidade com a **Fazenda Federal** (Certidão Negativa de Débito de Tributos e Contribuições Federais expedida pela Secretaria da Receita Federal e Certidão Negativa de Débitos quanto

à dívida ativa da União, expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional), **Estadual e Municipal**, sendo a última do domicílio ou sede do licitante;

**3.4 – Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)**, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

**3.5 - Prova de Regularidade trabalhista**, de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT**;

**3.6 – Balanço patrimonial e demonstrações contábeis** do último exercício social, impresso e assinado por contador responsável, já exigível e apresentado na forma da Lei, para comprovação da boa situação da empresa, com termo de abertura e encerramento devidamente registrados na forma da lei, no local, por lei, pertinente (Junta Comercial, etc.) através de:

a) carimbo; ou

b) prova de que a autenticação pela Junta Comercial foi realizada pelo Sistema Público de Autenticação digital (SPED) – Termo de Autenticação.

**Observação:** É vedada substituição do balanço por balancete ou balanço provisório, podendo aquele ser atualizado por índices oficiais quando encerrado há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta.

**Ila - A comprovação da boa situação financeira** far-se-á com base nos indicadores a seguir relacionados;

$$LC = \frac{AC}{PC} \text{ igual ou superior a } \underline{1}$$

$$LG = \frac{AC + ANC}{PC + PNC} \text{ igual ou superior a } \underline{1}$$

$$SG = \frac{AR}{PC + PNC} \text{ igual ou superior a } \underline{1,5}$$

---

**Legenda:**

LC = Liquidez Corrente	ANC = Ativo Não Circulante
AC = Ativo Circulante	PNC = Passivo Não Circulante
PC = Passivo Circulante	SG = Solvência Geral
LG = Liquidez Geral	AR = Ativo Real

---

**Composição do Ativo Real** - Ativo Total diminuído dos valores de duplicatas descontadas, despesas do exercício seguinte, empréstimo a coligadas/sócios/acionistas/diretores e Ativo Diferido.

**Classificação final das empresas** - As licitantes que apresentarem, no mínimo, **dois** dos três indicadores, iguais ou superiores aos estabelecidos neste item, obterão a classificação econômico-financeira, as demais serão inabilitadas.

Tendo em vista o que consta da Instrução Normativa da Receita Federal Brasileira nº 787/07, o SICAF (Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores) foi alterado, no sentido de permitir que o Balanço Patrimonial do exercício 2008, referente ao ano-calendário de 2007, fosse considerado válido até 30 de junho de 2010, e o Balanço de 2011, ano-calendário de 2010, seja considerado válido até 30 de junho de 2013, e assim sucessivamente, independente do tipo de constituição da pessoa jurídica, tudo como forma de garantir a isonomia entre os participantes de licitações e as contratações da Administração Pública Federal. Esse procedimento, que foi adotado por alguns Estados da Federação, nos parece correto e será adotado também neste certame, decorrentes das modificações realizadas pela Instrução Normativa nº 787/07, da Receita Federal.

---

**Justificativa dos índices adotados:**

LC – Liquidez Corrente: Calculada a partir da razão entre os direitos a curto prazo da empresa (Caixas, bancos, estoques, clientes) e as dívidas a curto prazo (Empréstimos, financiamentos, impostos, fornecedores). No Balanço estas informações são evidenciadas respectivamente como Ativo Circulante e Passivo Circulante. A partir do resultado obtido podendo fazer a seguinte análise: Resultado da Liquidez Corrente: Maior que 1: Resultado que demonstra folga no disponível para uma possível liquidação das obrigações; Se igual a 1: Os valores dos direitos e obrigações a curto prazo são equivalentes; Se menor que 1: Não há disponibilidade suficiente para quitar as obrigações a curto prazo, caso fosse preciso.

LG - Liquidez Geral: Este índice leva em consideração a situação a longo prazo da empresa, incluindo no cálculo os direitos e obrigações a longo prazo. Estes valores também são obtidos no balanço patrimonial.

SG – Solvência Geral: Este índice mostra a capacidade de pagamento da empresa tomando como base o seu ativo total, “quanto maior melhor”.

**3.7 - Certidão Negativa de Falência ou Concordata**, expedida pelo distribuidor da Sede da pessoa jurídica, com data de emissão de no máximo 30 (TRINTA) dias anterior à data de abertura da licitação;

**3.8- Declaração na qualidade de licitante do procedimento licitatório sob a modalidade de Concorrência 04/2013**, em cumprimento ao inciso XXXIII, do artigo 7º da CF/88 combinado ao inciso V do artigo 27 da Lei de Licitações, de que não possui no quadro funcional pessoas menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e, de menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos.

**3.9 - Declaração na qualidade de licitante do procedimento licitatório, sob a modalidade de Concorrência 04/2013**, que não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas (federal, estadual e municipal).

**OBS:** As declarações solicitadas nos subitens 3.8 e 3.9 deverão estar assinadas, por representante legal, comprovado no registro comercial, ato constitutivo, estatuto ou contrato social, ou, por procurador com poderes específicos para tal.

**3.10 - Certidão de Registro no CREA**, da **empresa** participante e do **responsável técnico** ligado ao objeto da licitação, com experiência necessária na área de gestão de resíduos urbanos, para dirigir e supervisionar todas as tarefas inerentes aos serviços. (poderá na certidão constar ambos os dados, empresa e responsável);

3.10.1 – Apresentação de prova de relação do responsável técnico com a empresa, que deverá se dar através de uma das seguintes formas: I - Carteira Profissional (CTPS), no caso de vínculo empregatício; II - Ato Constitutivo, Contrato Social ou Estatuto, devidamente registrado no órgão competente, no caso de vínculo societário; III – Será admitido, também, contrato de prestação de serviço regido pela legislação civil comum.

**3.11 - Atestado da capacitação técnico-profissional**, registrado no CREA, em nome do responsável técnico da empresa (vide item 3.10), fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, de que executou satisfatoriamente, contrato de objeto compatível com o ora licitado, em características, quantidades e prazos, referentes principalmente a execução das parcelas de maior relevância técnica e valor significativo:

- a) – Operação/Execução/Manutenção de aterro sanitário;
- b) – Coleta de resíduos sólidos urbanos;
- c) – Varrição, capina e roçada;

**ATENÇÃO:** Observações que devem ser cumpridas sob pena de inabilitação:

**I - Considera-se compatível o objeto cuja complexidade técnica seja similar ao objeto licitado e sua execução guarde proporcionalidade entre a área executada e o período utilizado para tanto.**

**II – Para evitar possível suspeição de restrição**, o atestado referido no caput poderá ser desmembrado em suas parcelas de maior relevância, alíneas “a”, “b” e “c”, cada qual correspondendo a um atestado, desde que compatíveis com o licitado. Apesar das parcelas estarem aglutinadas no objeto do edital, evidenciando melhores resultados em razão do gerenciamento a ser efetivado por uma única empresa, não se pode deixar de olvidar a hipótese de empresas aptas a realizar os serviços, mas que os tenham prestado a outra pessoa jurídica pública ou privada de forma independente;

**II - Os atestados de capacitação técnico-profissional deverão vir acompanhados da respectiva CAT (certidão de acervo técnico) e conter (mencionar) obrigatoriamente área/quantidade, prazo de execução com data (dd/mm/aa), contendo também os seguintes requisitos mínimos:** 01 – N° do Contrato/Licitação; 02 – ART nº ; 03 – Objeto do contrato; 04 – Empresa Contratada; 05 – Contratante dos serviços; 06 – Proprietário do empreendimento; 07 – Período de execução (início e fim); 08 – Endereço da obra ou serviço; 09 – Descrição das atividades desenvolvidas (devendo ser feita com um nível de detalhamento que permita uma clara identificação do tipo, características, quantitativos principais

“mencionar a unidade de medida” e porte dos serviços executados); 10 – Responsável técnico e nº do CREA;

**3.12** – Declaração formal de disponibilidade e relação explícita de que possui/possuirá, no momento da contratação, equipamentos, materiais e pessoal técnico especializado, adequado e suficiente, de acordo com o memorial descritivo em anexo a este edital, disponíveis para a execução do objeto licitado, sob as penas cabíveis e sanções do edital (item 10). (Vide artigo 30 §6º da Lei 8.666/93)

Obs.:

**I** – Entende-se por declaração formal, que a empresa se compromete com todas as disposições em lei, edital e memorial descritivo. Entende-se por relação explícita, que a empresa dispõe de material, pessoal e equipamentos mínimos solicitados no memorial descritivo. O pessoal, máquinas e equipamentos, durante a execução do contrato, poderão ser substituídos por outros de qualidade, requisitos e técnicas similares ou superiores, desde que atendam as exigências mínimas para os serviços; (Vide artigo 30 §6º da Lei 8.666/93)

**II** – Entende-se por pessoal técnico especializado, a especialidade na área do serviço compreendido, quando exigido;

**III** – Os equipamentos/máquinas refletem funções ou capacidade;

**IV** – A disponibilidade não importa em propriedade ou localização, mas deverão estar livres e aptos para a realização dos serviços assim que forem necessários;

**3.13**- Atestado de visita, do responsável técnico da empresa (vide item 3.10), ao local dos serviços, que será fornecido pelo Setor Técnico da Prefeitura Municipal de Vacaria em **até três dias** antes da data de abertura (054-32316456 Giovani Rossi);

**3.14** – Registro no Cadastro Técnico Federal do Ibama (Certificado de Regularidade) para atividades potencialmente poluidoras; (Vide Instrução Normativa nº 31/2009, Lei 6.938/81 e Art. 30 IV da Lei 8.666/93)

**3.15** – As empresas que se enquadram como Empresa de Pequeno Porte ou Micro Empresa, conforme Lei Complementar 123/01, e desejam se beneficiar desta, deverão enviar declaração assinada por contador, declarando expressamente que a empresa é ME ou EPP, e que não se enquadra em nenhum dos impedimentos previstos no § 4º do Artigo 3º da referida Lei. As declarações falsas estarão sujeitas as penalidades na forma da lei de licitações, não excluindo as sanções da legislação penal. A falta desta declaração importará na perda de qualquer benefício da Lei Complementar 123/01.

**3.16** – As empresas que emitirem declarações, atestados ou utilizar declarações de outras empresas, como requisitos necessários para as fases de habilitação, classificação e pagamento, ou qualquer outro procedimento do processo licitatório, se responsabilizarão pela autenticidade contida nas mesmas, as declarações falsas estarão sujeitas às penalidades da Lei 8.666/93 e Lei Complementar 123/01, não excluindo a aplicação das sanções previstas na legislação penal.

**3.17** - Todos os documentos apresentados para o certame deverão ser **originais, ou cópias autenticadas por tabelião**. Os documentos expedidos pela internet poderão ser apresentados em forma original, ou cópia reprográfica sem autenticação, entretanto, estarão sujeitos a verificação de suas autenticidades através de consulta realizada pela Comissão de Licitações.

**3.18** - Todos os documentos apresentados para o certame deverão ser correspondentes unicamente à matriz da licitante ou à filial que ora se habilita para este certame licitatório (devem ser em nome de uma única empresa, razão social). Os documentos que não contiverem data de validade expressa serão aceitos com data de expedição não superior a 30 (trinta) dias retroativos a data de abertura da licitação, salvo disposição em contrário neste edital.

**3.19** - O descumprimento das cláusulas acima ocasionará a inabilitação da licitante.

**3.20** - Se o proponente se fizer representar, deverá **juntar procuração** ou **carta de credenciamento**, outorgando poderes ao representante para decidir a respeito dos atos constantes da presente licitação (vide item 11.5).

### **3.21 - NOTA IMPORTANTE:**

**3.21.1** - Em caso de paralisação (greve) dos servidores de órgãos públicos Federais, Estaduais e Municipais, em qualquer esfera de Poder (Legislativo, Executivo e Judiciário), que impeça a expedição de documentos oficiais, a habilitação da licitante ficará condicionada à apresentação do documento que não pôde ser apresentado na data da abertura dos envelopes do certame, em até 02 (dois) dias úteis após encerramento da greve. No caso de apresentação de certidão positiva (ou documento que demonstre que a licitante está irregular perante determinado órgão), haverá a inabilitação em razão de fato superveniente, de acordo com o previsto no artigo 43, parágrafo 5º da Lei nº. 8.666/93.

**3.21.2** - Caso já esteja estabelecida a relação contratual (nota de empenho e/ou contrato), vindo o contratado apresentar certidão positiva (ou documento que demonstre que a licitante está irregular perante determinado órgão), ocorrerá a rescisão contratual, por inadimplemento de cláusula do contrato, conforme artigo 55, inciso XIII c/c artigo 78, I, da Lei nº. 8.666/93.

**3.21.3** - Havendo, por parte dos Órgãos Diretivos das entidades governamentais grevistas, normatização sobre o procedimento a ser adotado em relação aos documentos por elas expedidos, somente será aceita documentação que estiver atendendo aos dispositivos da respectiva normatização.

## **4 - PRAZO DE EXECUÇÃO/CONTRATO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:**

**4.1** – O prazo de execução/contrato estimado é de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado até o limite legal, a critério da Administração. (12.8)

**4.2** – Os pagamentos serão realizados mensalmente, em até 30 dias, a contar do recebimento da fatura, que deverá possuir o visto do Secretário Municipal de Obras, após vistoria, medição e fiscalização;

**4.3** – A vistoria, fiscalização, medição, controle e liberação dos serviços será realizada pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos - SMOSP.

**4.4** - Serão retidos em cada parcela, 5% do valor, e da última parcela serão retidos 40%, como garantia para pagamento do INSS, os quais serão devolvidos após a apresentação e liberação da CND (negativa);

**4.5** - Para o efetivo pagamento, as faturas deverão se fazer acompanhar da guia de recolhimento das contribuições para o FGTS e o INSS relativa aos empregados utilizados na prestação do serviço, bem como a apresentação da relação de funcionários e de cópias das folhas de pagamento devidamente assinadas;

**4.6** – Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo IGP-M/FGV do período, ou outro índice que vier a substituí-lo.

**4.7** - Na não realização de algum serviço contratado, dará direito ao Município a não realizar o pagamento correspondente aquela parcela, de acordo com a planilha de custos, sem prejuízo da aplicação das penalidades pertinentes.

**4.8** - O último pagamento somente será liberado após vistoria realizada pela SMOSP e pela assessoria ambiental contratada pelo Município, com a assinatura do termo de entrega.

## **5 - DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO E DO REAJUSTE**

**5.1** - Ocorrendo as hipóteses previstas no artigo 65, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 8.666/93, será concedido reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, requerido pela contratada, desde que suficientemente comprovado, de forma documental, o desequilíbrio contratual.

5.1.1 - Não caberá re-equilíbrio econômico-financeiro do Contrato quando ficar caracterizado que os impactos motivadores do pedido por parte da licitante puderem ser neutralizados com a eficiente exploração do serviço, ou quando decorrer de negligência, inépcia ou omissão na exploração do serviço.

5.1.2 - A licitante poderá solicitar a recomposição do re-equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, por meio de requerimento fundamentado, acompanhado de relatório técnico ou laudo pericial, que demonstre cabalmente o impacto da ocorrência na formação dos custos.

5.2 - No caso da execução contratual ultrapassar o prazo de 12 (doze) meses, será concedido reajuste ao preço proposto, deduzido eventual antecipação concedida a título de reequilíbrio econômico-financeiro, tendo como indexador o IGP-M/FGV.

## **6 - APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO E DAS PROPOSTAS:**

6.1 - Em envelope fechado e indevassável (nº 01), os proponentes apresentarão os documentos descritos nos itens 3.1 ao 3.14, e, se for o caso, itens 3.15 e 3.20, contendo na parte externa do envelope a seguinte menção:

**MUNICÍPIO DE VACARIA  
CONCORRÊNCIA Nº 04/2013  
ENVELOPE Nº 01 - DOCUMENTAÇÃO  
PROPONENTE - *Nome da Empresa*  
E-MAIL  
FONE E FAX**

### **OBSERVAÇÃO:**

Para tornar o certame mais célere, a licitante que enviar os envelopes antecipadamente, e que não se fizer presente no dia da abertura do envelope contendo a documentação, poderá (opcional) enviar dentro do envelope nº 01, DECLARAÇÃO (**Declaro que desisto expressamente do prazo legal a que tenho direito na fase de habilitação para eventual interposição de recursos ou impugnações, desde que seja habilitado**) assinada pelo representante legal da mesma, dando assim seguimento ao certame.

6.2 - Em envelope distinto, lacrado, (nº 2), os licitantes apresentarão a **proposta de preços**, mencionando o valor da respectiva proposta, com observância dos itens (6.5, 6.9 e 6.11), devendo ser assinada pelo responsável legal. Se for procurador, anexar à procuração respectiva. Deverá constar na parte externa do envelope a seguinte menção:

**MUNICÍPIO DE VACARIA  
CONCORRÊNCIA Nº 04/2013  
ENVELOPE Nº 02 – PROPOSTA  
PROPONENTE - *Nome da Empresa*  
E-MAIL  
FONE E FAX**

6.3 - A proposta deverá atender os termos deste Edital quanto ao prazo de manejo/execução e as condições de pagamento.

6.4 - O preço proposto será fixo, não se admitindo reajustes sob qualquer título.

6.5- A licitante vencedora deverá prestar garantia, para assinatura do contrato, dos serviços realizados, de acordo com a legislação vigente (ver item 12.10 deste edital).

6.6- Nos preços propostos serão consideradas todas as obrigações previdenciárias, fiscais, comerciais, trabalhistas, tributárias, fretes, seguros, tarifas, descarga, transporte, materiais, responsabilidade civil, inclusive o BDI e demais despesas incidentes ou que venham a incidir sobre o objeto licitado.

**6.7-** O preço proposto será considerado completo e suficiente para o objeto licitado, sendo desconsiderada qualquer reivindicação de pagamento adicional devido a erro ou má interpretação de parte da licitante. O valor cotado é de inteira responsabilidade da licitante, devendo observar com rigor, quando da elaboração da proposta, para que não faça cotação errada.

**6.8-** A apresentação da proposta pela empresa participante implica aceitação deste edital, bem como, das normas legais que regem a matéria e, se por ventura a licitante for declarada vencedora, ao cumprimento de todas as disposições contidas nesta licitação.

**6.9 - Juntamente com a proposta, o licitante deverá apresentar orçamento detalhado, constando os serviços, a quantidade de cada serviço, os custos unitários de material e mão-de-obra, e custo total, bem como, cronograma físico financeiro** (não serão aceitos itens discriminados com verba – VB). **O orçamento deverá estar devidamente assinado pelo responsável legal da empresa e pelo responsável técnico.** A Empresa deve basear sua proposta, no cronograma-físico financeiro e planilhas elaboradas pela Prefeitura Municipal.

**6.10 -** A Comissão de Licitações não aceitará propostas com preços inexeqüíveis e aquela empresa com proposta considerada de Menor Preço, em caso de desistência da execução, será multada no valor de 10% (dez por cento) do preço orçado pelo Município, além das penalidades previstas na lei e neste edital.

**6.11 -** O preço máximo que o município pagará pela execução dos serviços completos, referente a um ano de execução, será o valor global de **R\$ 3.235.984,61 (Três mil, duzentos e trinta e cinco mil, novecentos e oitenta e quatro reais e sessenta e um centavos)**. Valor mensal estimado R\$ 269.665,38 (Duzentos e sessenta e nove mil, seiscentos e sessenta e cinco reais e trinta e oito centavos);

**6.12 –** A validade das propostas deverá ser de no mínimo 60 (sessenta) dias da data de abertura das propostas, prazo este, de acordo com o prazo legal de convocação para contratação.

**6.13 -** As propostas que não atenderem os termos deste EDITAL serão desclassificadas.

## **7 - DO JULGAMENTO:**

**7.1 -** O julgamento será realizado pela Comissão de Licitação, levando em consideração o **MENOR PREÇO GLOBAL**.

**7.2 -** Para efeitos de classificação, sobre o preço proposto por cooperativa de trabalho serão acrescidos 15% (quinze por cento), incidente sobre o valor bruto, correspondente ao encargo previdenciário a ser suportado pelo município, deduzidos daquele, os valores expressos na planilha de quantitativos e custos unitários, relativos ao fornecimento de material e aluguel de equipamentos a serem utilizados na execução do serviço.

**7.3 -** Os valores da dedução acima indicada, relativos ao fornecimento de material e aluguel de equipamentos da licitante a serem utilizados na execução do serviço, deverão fazer parte do contrato e comprovadas, no momento da liquidação da fatura, por documento fiscal.

## **8 - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS:**

**8.1 -** Em todas as fases da presente licitação serão observadas as normas previstas nos incisos, alíneas e parágrafos do artigo 109, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

## **9- DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DO RESULTADO:**

**9.1 -** A homologação e a adjudicação do objeto desta licitação será efetuada pelo Sr. Prefeito Municipal à proponente que apresentar a proposta de acordo com as especificações do edital e ofertar o menor preço global.

## **10- DAS PENALIDADES A SEREM APLICADAS ÀS EMPRESAS:**

### **10.1 – ADVERTÊNCIA**



A penalidade de **ADVERTÊNCIA** poderá ser aplicada nas seguintes hipóteses:

**10.1.1** - Descumprimento das obrigações assumidas contratualmente ou na licitação, desde que não acarrete prejuízos para a entidade, independentemente da aplicação de multa moratória.

**10.1.2** - Outras ocorrências que possam acarretar pequenos transtornos ao desenvolvimento dos serviços da entidade, independentemente da aplicação de multa moratória.

## **10.2 – MULTA**

A entidade poderá aplicar à licitante ou contratada, multa moratória e multa por inexecução contratual:

### **10.2.1 - MULTA MORATÓRIA**

A multa moratória poderá ser cobrada pelo atraso injustificado, entrega/execução em desacordo com o solicitado no objeto ou de prazos estipulados no Edital para os compromissos assumidos:

I - A multa moratória será de 0,50% (cinquenta centésimos por cento) por dia corrido de atraso, sobre o valor da NOTA DE EMPENHO, até o máximo de 05 (cinco) dias de atraso. Após esse prazo, poderá, também, ser rescindido o contrato e/ou imputada à licitante vencedora a pena prevista no item 10.3.

II – A multa moratória será de 0,50% (cinquenta centésimos por cento) pela execução em desacordo com as exigências do edital, sobre o valor total da NOTA DE EMPENHO, por infração, com prazo de até 05 (cinco) dias consecutivos para a efetiva adequação. Após (duas) infrações e/ou após o prazo para adequação, poderá, também, ser rescindido o contrato e/ou imputada à licitante vencedora a pena prevista no item 10.3.

III – A multa moratória será de 10% (dez por cento), pela não regularização da documentação referente à regularidade fiscal, no prazo previsto neste edital, por parte da licitante detentora da melhor proposta, e poderá, também, ser imputada à licitante vencedora a pena prevista no item 10.3.

### **10.2.2 - MULTA POR INEXECUÇÃO CONTRATUAL**

I - A multa por inexecução contratual poderá ser aplicada no percentual de 10% (dez por cento) ao mês, pró-rata-dia, sobre a respectiva fatura, acrescida de correção monetária e juros de 12 (doze por cento) ao ano.

II – O atraso injustificado na assinatura do contrato ou a rescisão do mesmo por culpa da contratada implicará em multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da proposta, independentemente da penalidade de suspensão.

## **10.3 – SUSPENSÃO**

**10.3.1** – A suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o Município de Vacaria/RS destina-se aos inadimplentes culposos que prejudicarem a execução do contrato por fatos graves, cabendo defesa prévia, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da data do recebimento da intimação, podendo ser aplicada nas seguintes hipóteses pelos seguintes períodos:

### **10.3.2 - Por 6 (seis) meses:**

- I - Atraso no cumprimento das obrigações assumidas, que tenham acarretado prejuízo à entidade.
- II - Execução insatisfatória do contrato, se antes tiver havido aplicação da sanção de advertência.

### **10.3.3 - Por 1 (um) ano:**

I - Na ocorrência de qualquer ato ilícito praticado pelo licitante visando frustrar seus objetivos ou que inviabilize a licitação, resultando na necessidade de promover novo procedimento licitatório.

**II - Recusar-se a assinar o Termo de Contrato e Retirar a Nota de Empenho dentro do prazo estabelecido.**

**10.3.4 - Por 2 (dois) anos** quando a licitante ou contratada:

- I - Se recusar a fornecer informações suficientes ou fornecê-las inadequadamente;
- II - Cometer atos ilícitos que acarretem prejuízo à entidade, ensejando a rescisão do contrato;
- III - Tiver sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- IV - Apresentar a entidade qualquer documento falso ou falsificado, no todo ou em parte, para participar da licitação;
- V - Demonstrar, a qualquer tempo, não possuir idoneidade para licitar e contratar com a entidade;

**10.4 - DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

**10.4.1** - A Declaração de Inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública será proposta, se anteriormente for constatada uma das seguintes hipóteses:

- I- Má-fé, ações maliciosas e premeditadas em prejuízo da entidade;
- II - Evidência de atuação com interesses escusos;
- III – Reincidência de faltas ou aplicação sucessiva de outras penalidades;

**10.4.2** – Ocorrendo as situações acima expostas, o Município de Vacaria/RS, poderá aplicar a Declaração de Inidoneidade para licitar e contratar com toda a Administração Pública, concomitantemente, com a aplicação da penalidade de suspensão de 2 (dois) anos, extinguindo-se após seu término.

**10.4.3** - A Declaração de Inidoneidade implica proibição da contratada de transacionar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, até que seja promovida a reabilitação perante a Administração.

**10.5** - As penalidades previstas neste Edital poderão ser aplicadas, isoladas ou cumulativamente, sem prejuízos de outras sanções cabíveis.

**11- DISPOSIÇÕES GERAIS:**

**11.1** - A Administração Pública Municipal reserva-se o direito de rejeitar todas as propostas, bem como, o de revogar por interesse público ou anular por ilegalidade a presente licitação, sem que assista aos interessados direito a qualquer indenização;

**11.2** – Em virtude da Lei Complementar 123/01 que estabelece normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, o presente edital estabelece os seguintes requisitos:

**11.2.1** – Nas licitações públicas, a comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato. Por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão ser apresentadas todas as documentações exigidas para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

**11.2.2** - Havendo alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal, será assegurado o prazo de dois dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, após recebimento da ata de julgamento, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito. A não-regularização da documentação, no prazo previsto, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei 8.666/93, estabelecidas no item 10 deste edital.

**11.2.3** – Será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte. **Entende-se por empate** aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

**11.2.4** - Para efeito do disposto no item 11.2.3 do edital, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

I) – A microempresa ou empresa de pequeno porte detentora da proposta de menor valor, logo após a classificação (depois de ultrapassada a fase recursal das propostas, atendido cada caso, seja pelo decurso do prazo sem interposição de recurso, ou pelo julgamento definitivo do recurso interposto), em sessão que realizar-se-á, em data e horário estipulado na ata de julgamento, através de representante devidamente habilitado com poderes para tal, conforme item 11.5 do edital, poderá apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

II) – Não ocorrendo à contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, na forma do inciso anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do item 11.2.3 deste edital, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito, devendo estas estarem presentes na mesma data e horário da sessão designada no inciso I do caput deste item, sendo entendido o seu não comparecimento como renúncia ao privilégio concedido.

III) – No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte ou em caso de não-contratação nos termos previstos no caput do item 11.2.3, existindo mais de um licitante com propostas idênticas, será dada preferência aos bens/serviços, pela ordem:

a) Produzidos no País;

b) Produzidos ou prestados por empresa brasileiras; e

c) Produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no país;

**11.2.5.** Ocorrendo **empate real**, o qual não se enquadre em nenhuma hipótese dos itens 11.2.3 e 11.2.4 do edital, será escolhido o vencedor através de sorteio, realizado em ato público, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Vacaria, em dia e horário a ser fixado em ata e dando ciência a todos os licitantes, conforme estipula a Lei de licitações em seu Artigo 45 §2º. O disposto no subitem 11.2.3 e 11.2.4 III, não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor tiver sido apresentada por licitante enquadrada no regime da Lei Complementar n.º 123/01. Na hipótese da não contratação nos termos anteriores, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

**11.3-** Não serão admitidas por qualquer motivo, modificações ou substituições das propostas ou de quaisquer outros documentos, **ressalvado o disposto na Lei Complementar 123/2001**, que diz respeito ao Estatuto Nacional da Microempresa e empresa de Pequeno Porte.

**11.4 -** A licitante assumirá inteira responsabilidade por todos os prejuízos que venham dolosa ou culposamente prejudicar o Município;

**11.5 -** Só terá direito a usar a palavra, rubricar a documentação e as propostas, apresentar reclamações, nova proposta de preços ou recursos e assinar atas, as licitantes ou seus representantes devidamente credenciados, com poderes específicos para tal e os membros da Comissão de Licitações.

**11.6 -** Uma vez iniciada a abertura dos envelopes relativos à documentação, não serão admitidos à licitação as participantes retardatárias.

**11.7 -** Servidores, assim considerados aqueles do artigo 84, *caput* e parágrafo 1.º, da Lei n.º 8.666/93, estão impedidos de participar deste certame licitatório, (tanto como membros da diretoria da empresa ou como do quadro de funcionários desta), por determinação do artigo 9.º, inciso III, da Lei n.º 8.666/93.

**11.8 -** Em caso de reclamação, a licitante deverá prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município, sempre via protocolo;

**11.9 -** A licitante que não satisfizer os compromissos assumidos, será notificada via protocolo e reincidindo na falta poderá sofrer as penalidades conforme item 10 do edital;

**11.10** - A simples irregularidade formal, que não afete o conteúdo ou a idoneidade de documentos, atestados ou da proposta, a juízo único e exclusivo da Comissão, não implicará a inabilitação/desclassificação da licitante.

## **12 - DA FORMALIZAÇÃO DO(S) CONTRATO(S)**

**12.1** - O contrato conterá, no preâmbulo, os nomes das partes e de seus representantes, a finalidade, o ato que autorizou a sua lavratura, o número do processo da licitação. As obrigações decorrentes deste certame a serem firmadas entre a administração pública e a licitante vencedora, serão formalizadas através de contrato observando-se as condições estabelecidas neste edital, seus anexos e na legislação vigente.

**12.2** - A administração convocará a vencedora do certame para que no prazo de 03 (três) dias assine o termo do contrato, aceite ou retire o instrumento equivalente, dentro do prazo e condições estabelecidos, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei de Licitações. (vide itens 6.5 e 12.10)

**12.3** - O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela administração.

**12.4** - É facultado à Administração, quando o convocado não assinar o Termo de contratação ou não aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório, ou revogar a licitação independentemente da cominação prevista no art. 81 da lei das licitações.

**12.5** - Os serviços deverão ser implantados em até 90 (noventa) dias úteis, a partir da data fixada na respectiva "Ordem de Início" emitida pelo órgão competente da Prefeitura Municipal de Vacaria/RS, através de processo de transição com a atual prestadora dos serviços, para que não haja interrupção dos mesmos, sob pena de aplicação das penalidades previstas em Lei e no item 10 deste edital. Este prazo poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, desde que devidamente justificado.

**12.6** - O Contrato estabelecerá multa/penalidades já estabelecidas neste edital, aplicáveis a critério da Administração, relativamente à inobservância das exigências e obrigações correspondentes a cada um dos serviços de que trata a presente licitação.

**12.7** - As partes contratantes elegerão, explicitamente, o Foro de Vacaria (RS), para dirimir quaisquer questões que surjam por força do contrato.

**12.8** - O prazo de execução/contrato estimado é de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado até o limite legal, a critério da Administração.

**12.9** - O contratado fica obrigado a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias neste certame em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**12.10** - No ato da assinatura do contrato com a empresa vencedora da licitação, será exigida a prestação de garantia de 5 % do valor do contrato, conforme parágrafo 3º da Lei de Licitações, cabendo ao contratado, optar por uma das modalidades previstas no § 1º do Art. 56, da mesma Lei das Licitações (8.666/93), devendo assim que for declarado vencedor, manifestar-se informando o setor de licitações, qual o tipo de caução que prestará.

**12.11**- O Município de Vacaria poderá se utilizar dos benefícios do art. 57 da lei nº 8.666/93, caso tenha interesse.

**12.12 - Não será permitida sub-empregada, sendo causa de rescisão contratual, exceto em casos excepcionais previamente autorizados.**

**12.13** - A Contratada deverá manter na cidade de Vacaria uma sede ou escritório com preposto devidamente habilitado a representá-la na execução do contrato.

**12.14** - A Contratada assume inteira e expressa responsabilidade pelas obrigações sociais e de proteção aos seus empregados, bem como, pelos encargos previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

### **13. DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO**

**13.1**- O contrato poderá ser alterado nos seguintes casos:

#### **I - Unilateralmente, pela Contratante:**

a) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos.

b) quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pela Lei no. 8666/93 alterada pela Lei 8.883/94.

#### **II - Por acordo das partes:**

a) quando necessária a modificação do regime de execução ou modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

b) quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial;

c) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para ajusta remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

### **14 - DA EXECUÇÃO DO CONTRATO**

**14.1** - O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, respondendo cada qual pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**14.2** - A execução dos serviços será fiscalizada pela Contratante, por um representante especialmente designado.

**14.3** - A Contratada deverá manter na cidade de Vacaria uma sede ou escritório com preposto devidamente habilitado a representá-la na execução do contrato.

**14.4** - Será vedado à Contratada, subcontratar a totalidade do objeto contratado ou a cessão ou transferência do Contrato, ainda que parcial, para outra empresa, sendo nulo de pleno direito qualquer ato nesse sentido, além de constituir infração passível de penalidade.

**14.5** - Qualquer subcontratação parcial só poderá ser feita com autorização prévia e por escrito do Contratante, sem isentar a responsabilidade integral da Contratada. A Contratada é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, as suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

**14.6** - A Contratada assume inteira e expressa responsabilidade pelas obrigações sociais e de proteção aos seus empregados, bem como, pelos encargos previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

### **15 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**15.1** – Fornecer à sua equipe de trabalho, uniformes, crachás de identificação com nome e função no serviço e equipamentos de proteção individual, definidos pelas normas regulamentares do Ministério do Trabalho.

**15.2** – Substituir imediatamente eventuais ausências ou afastamentos dos membros de sua equipe.

**15.3** – Substituir membro da equipe de trabalho que não atender plenamente a execução dos serviços por ela determinados, sem ônus para a contratante.

**15.4** – Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação que o originou, devendo, portanto, reapresentar os documentos atualizados à medida que os prazos de validade forem expirando, ou quando solicitado.

**15.5** – Acatar todas as recomendações emanadas dos órgãos responsáveis pela fiscalização e manutenção da Saúde Pública e Ambiental, na área de prestação dos serviços.

**15.6** - Cumprir todas as obrigações legais e fiscais.

**15.7** – Responsabilizar-se por todos e quaisquer impostos, taxas e contribuições fiscais e parafiscais, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer natureza, decorrentes da celebração do contrato, ou de sua execução.

**15.8** – Manter-se inteiramente em dia com as contribuições previdenciárias, sociais e trabalhistas. Verificada, em qualquer tempo, a existência de débito proveniente ou não do recolhimento dos mesmos, por parte da contratada, fica a contratante desde já autorizada a suspender os pagamentos devidos à contratada, até que fique constatada a plena e total regularização de sua situação.

**15.9** - Responder a todas as reclamações trabalhistas que possam ocorrer em consequência da execução dos serviços contratados, os quais não importam em vinculação laboral entre a CONTRATANTE e o empregado envolvido, que mantém relação empregatícia com a CONTRATADA, empregadora na forma do disposto no art. 2º da Consolidação das Leis do Trabalho.

**15.10** - Caso haja condenação da CONTRATANTE, inclusive como responsável solidária, a contratada reembolsar-lhe-á os valores pagos em decorrência da decisão judicial.

**15.11** - Com relação a Leis e Regulamentos:

**15.11.1** - Manter-se plenamente informada e deverá por todo o tempo observar e cumprir a lei, qualquer que seja a forma em que esta afete seus empregados, métodos ou operações usados para a execução dos serviços e todas as ordens e instrumentos de organismos e tribunais com jurisdição ou autoridade sobre o mesmo. Se forem descobertas na documentação quaisquer discrepâncias ou inconsistências relativas à lei ou a qualquer ordem ou instrumento, a CONTRATADA deverá imediatamente reportá-las, por escrito, à CONTRATANTE.

**15.11.2** - Responsabilizar-se, e, indenizar à CONTRATANTE e seus agentes representantes contra quaisquer reivindicações, exigências, ações, danos, custos, débitos ou despesas provenientes de transgressão ou alegada transgressão de leis ou nelas baseadas, inclusive por quaisquer ordens ou instrumentos, tanto suas como de seus empregados.

**15.12** - Submeter-se à fiscalização da contratante;

**15.13** - Corrigir, durante a execução dos serviços, todos os defeitos e impropriedades apontados pela contratante;

**15.14** - Comprovar mensalmente o recolhimento dos encargos sociais dos seus empregados como FGTS, INSS, e demais obrigações legais.

**15.15** - Indicar o integrante da equipe que irá supervisionar os serviços contratados, bem como, efetuar a interface entre contratante/contratada.

**15.16** - Aceitar, nas mesmas condições da proposta apresentada, os acréscimos e supressões que se fizerem necessários, na forma da lei.

## **16. DA FISCALIZAÇÃO**

**16.1** - A Contratada deverá cooperar quanto à observância dos dispositivos referentes à higiene pública, informando a fiscalização das infrações nos casos de descarga irregulares de resíduos e falta de recipientes padronizados.

**16.2** - Toda correspondência referente ao Contrato, exceto as de rotina, deverão ser feitas por ofício.

**16.3** - Na hipótese da Contratada se negar a assinar recebimento do ofício, o mesmo será enviado pelo correio, através de carta registrada considerando-se feita a comunicação para todos os efeitos legais.

**16.4** - A Contratada se obriga a permitir ao pessoal da fiscalização da Prefeitura livre acesso a todas as suas dependências, possibilitando o exame das instalações e também das anotações relativas aos equipamentos, ao pessoal e ao material, fornecendo, quando forem solicitados, todos os dados e elementos referentes aos serviços.

**16.5** - Constatada a ocorrência de irregularidades na execução dos serviços, caberá a Contratante, ou a quem esta determinar aplicar as penalidades cabíveis, que poderá consistir na retenção total ou parcial do pagamento mensal, até a verificação de sua regularidade.

**16.6** - A Contratada é responsável pelos danos causados diretamente à contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

**16.7** - A Contratada é obrigada a comprovar mensalmente o cumprimento de suas obrigações contratuais e legais, como relação de funcionários e pagamentos salariais, FGTS, INSS, ISSQN, Imposto de Renda e demais tributos e contribuições, sob pena de se constituir em irregularidade na execução contratual, passível de suspensão do pagamento até sua regularização.

## **17. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA**

**17.1** - As despesas decorrentes da contratação oriunda desta licitação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

**07- Secretaria Municipal de obras e Serviços Públicos**

**2.371 – Manter a Cidade Limpa**

**33903900- Outros Serviços de Terceiros – PJ - 246**

## **18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**18.1** - Não serão consideradas as propostas que deixarem de atender qualquer das disposições do presente edital.

**18.2** - Em nenhuma hipótese, salvo força maior subitem **11.2.2**, deste edital e as disposições da Lei Complementar **123/01**, serão aceitos quaisquer documentos, protocolos ou propostas fora do prazo e local estabelecidos neste edital.

**18.3** - As cooperativas que tenham auferido, no ano calendário anterior, receita bruta até o limite de R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais), gozarão dos benefícios previstos nos artigos 42 a

45 da Lei Complementar 123/01, disciplinados neste edital, conforme o disposto no artigo 34, da Lei 11.488/07.

**18.4** - Após o contrato assinado, a contratada deverá executar os serviços de acordo com as melhores técnicas profissionais, com estrita obediência às leis do País que regem a espécie em conformidade com a licença de operação nº 440/2005 e Projeto de Ampliação do Aterro de Resíduos Sólidos Urbanos do Município de Vacaria, em anexo, ou outro projeto ou forma que seja exigido pelos órgãos ambientais.

**18.5** - A contratada, na vigência do contrato, será a única responsável perante terceiros, pelos atos praticados por seus empregados, excluindo o Município Contratante de quaisquer reclamações e/ou indenizações.

**18.6** - Serão de inteira responsabilidade da Contratada todos os seguros necessários, inclusive os relativos à responsabilidade civil, licenças e ressarcimento por multas perante a FEPAM e de todos os danos materiais ou pessoais causados pela má execução dos serviços ou por atos praticados por seus empregados contra bens ou interesses do Município ou a terceiros.

**18.7** - A contratada não poderá dispor do material coletado pelo serviço de coleta seletiva, que será de propriedade do Município.

**18.8** - Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência.

**18.9.-** O Município não aceitará, em hipótese alguma, futuras alegações de omissão, na proposta, de serviços necessários à execução do instrumento contratual ou de inexatidão relativamente à quantidade contratada, com o objetivo de alterar o preço proposto;

**18.10** - Uma vez apurado, no curso da contratação, que a proponente acresceu, indevidamente, a seus preços valores correspondentes a tributos, contribuições fiscais e/ou para fiscais e emolumentos de qualquer natureza, não incidentes sobre a execução dos serviços contratados, tais valores serão imediatamente excluídos, com a conseqüente redução dos preços praticados e o reembolso dos valores porventura pagos à proponente;

## **19- DAS INFORMAÇÕES:**

**19.1** - Demais informações complementares poderão ser obtidas junto ao setor de licitações, à rua Ramiro Barcelos, 915, na cidade de Vacaria, no horário de expediente. Se referentes a condições específicas para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, deverão ser solicitadas à Comissão de licitações, por escrito, no máximo em até 05(cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura da licitação. As licitantes que tiverem eventuais dúvidas na interpretação dos termos deste edital, serão atendidas durante o expediente da Prefeitura Municipal de Vacaria, pela comissão de licitações, até 03(três) dias úteis antes da data marcada para a abertura da licitação, no setor de licitações.

Vacaria, 11 de abril de 2013.

**Elói Poltronieri**  
**Prefeito Municipal**